



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

ATA DA REUNIÃO – CMDU CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Data: 25 de julho de 2017 – Horário: 10h00

Local: Auditório do 7º andar – Paço Municipal

Representantes presentes:

Nome	Entidade	Membro
Paulo Romano Reschilian	UNIVAP	Titular
Rosângela Pereira Pego	AMBIENTALISTAS	Suplente
Walter Brant Zaroni de Paiva	AEA	Titular
Marcelo Pereira Manara	Poder Público (SEURBS)	Titular
Oswaldo Vieira de Paula Junior	Poder Público (SEURBS)	Titular
Rodolfo Marcos Venâncio	Poder Público (SEURBS)	Titular
Andrea Sundfeld Penido	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Paulo Eduardo Oliveira Costa	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Rodrigo Ubiratã Gunther Lux	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Daniela Freire Câmara Cunha	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Ghislaine Virginia da Fonseca - SIDE	Poder Público (SEURBS)	Titular
Daniel Vantini - SIDE	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Ruth Maria B. Macedo Otta - SGHO	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Massuo Kimura - SGHO	Poder Público (SEURBS)	Titular
Marcelo Santos Leandro - SGHO	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Lana Michele Barbosa - SMU	Poder Público (SEURBS)	Suplente
André Luiz Hernandez - SMU	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Luiz Alexandre Dias da Silva - SMU	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Venâncio Silva Gomes - SAJ	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Arlindo Aparecido Regis de Oliveira Junior	DEFENDE SÃO JOSÉ	Titular
Renato Consiglio – SAB MONTE CASTELO	Regiões Administrativas do Município	Titular
Rodrigo Marcondes – SAB GALO BRANCO	Movimentos Populares	Titular
Silva Regina Dias	OAB	Titular
Klauss Coelho Galegão	OAB	Suplente
José Renato Dias Fedato	ACONVAP	Suplente
Luis Antonio Sabonge	ACONVAP	Suplente
Joseani Cristina Antunes	CIESP	Suplente
Marco Antonio Gondim Vasconcelos	ASSEIVAP	Titular
Claudia Maria de Almeida	INPE	Titular
Adalton Paes Manso	AEA	Titular
Vereador Walter Hayashi	Legislativo	Titular
Vereadora Dulce Rita	Legislativo	Suplente



PREFEITURA

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

Abertura: Aos vinte e cinco de julho de dois mil e dezessete, o presidente do Conselho, deu início a reunião às 10h25 minutos e cumprimentou a todos: Bom dia a todos. Desculpem aí os atrasos...vinte e cinco minutos de atraso. Agradeço a presença de todos nessa segunda reunião do CMDU com a pauta da apresentação do plano de trabalho para a revisão do Plano Diretor. Antes eu gostaria dar algumas informações que eu julgo relevantes e são temas também de interesse aí do CMDU. Já está em funcionamento o grupo especial do GATI que é um grupo que foi criado por decreto há dois meses para concentrar todos os esforços, inclusive cartoriais internos aqui da Prefeitura, do enfrentamento das questões relacionadas à cidade ilegal. São os parcelamentos clandestinos, áreas de risco, todos eles foram concentrados nesse grupo especial que, mais para frente um pouco, nós vamos trazer como pauta para uma apresentação aqui no CMDU. Em paralelo, está em fase final aí para conclusão, e depois será submetido para a apreciação de toda a sociedade em audiência pública, o novo Plano Municipal de Redução de Área de Risco, que tem a ver também com essa interface de trabalho. E também estamos em fase de início de contratação dos estudos geotécnicos confirmatórios para dar assento técnico para o conjunto de situações que forem caracterizados como áreas de risco R3 e R4. Então é um conjunto de ações que estão sendo tomadas aí em razão dos problemas que envolvem parcelamento clandestino e áreas de risco no município. Bom, acho que já podemos começar. Bom, a pauta consistirá, como eu falei da apresentação do plano de trabalho para a revisão do Plano Diretor. Ela marca a nossa fase pública, por assim dizer, porque nesses seis primeiros meses, nós, nos dois primeiros meses, a questão toda da reestruturação, da alteração da estrutura da própria secretaria, que nós já discutimos isso na primeira reunião do CMDU, mas deu uma... O importante é assegurar para o Conselho, assim como nós temos assegurado para toda a sociedade, que a discussão do Plano Diretor, em momento nenhum, sofreu interrupção. É que após a série de oficinas e audiência pública do dia quatorze de dezembro do ano passado, nós trouxemos para o dever de casa fazer toda análise que depois o Oswaldo vai explicar também um pouco, que também já discutimos isso na primeira reunião do CMDU, mas em momento nenhum o Plano Diretor sofreu interrupção no seu esforço interno de consolidação para esse novo momento que se inicia nessa fase. Tivemos há cinco dias a reunião do Conselho Gestor do Plano Diretor, então agora é lançada a fase pública dessas discussões e... Que dia que está marcada, Oswaldo, a reunião do CMDU para a questão do cronograma? (Voz masculina inaudível em segundo plano)

É... Eu só estou antecipando algumas informações, mas também a consolidação desse cronograma do Plano Diretor, obviamente vai ser trazida aqui para o CMDU. Pode passar. Tá. Eu aqui já vou passar para o Oswaldo que vai detalhar desse histórico, desse breve histórico de 2016 e as ações agora previstas 2017/2018.

Oswaldo Vieira de Paula Junior - Bom dia é o seguinte: A gente vai apresentar aqui uma cronologia de eventos do que aconteceu o ano passado com o início dos trabalhos com o Plano Diretor e a retomada esse ano. E é importante dizer que, na verdade, o Plano Diretor, ele vai se dar com a interface da cidade de maneira geral com a população, mas com a interação de dois conselhos. Existe um conselho gestor específico para a questão processual do Plano Diretor para trabalhar o rito do Plano Diretor e existe o próprio CMDU que também tem atribuição na questão do uso e ocupação do solo, das metas de diretrizes de desenvolvimento urbano. Então a gente vai trabalhar com os dois conselhos. Então, nós já fizemos uma reunião com o Conselho Gestor, onde nós submetemos a ele o plano de trabalho e aí, o que a gente vai explicar é o seguinte: esse cronograma que o secretário falou, nós vamos fechar por ser um rito processual dentro da atribuição do Conselho Gestor, porque cabe a ele administrar o processo do Plano Diretor. E daí nós temos uma reunião já com o Conselho Gestor agora no dia onze de agosto. Nós devemos estar disparando a convocatória ainda hoje porque tem um prazo de antecipação de dias em relação à realização da reunião. Já foi agendado dia onze de agosto onde que a secretaria, ela submeterá ao Conselho Gestor um cronograma. E na medida em que fecharmos esse cronograma com eles no mês de agosto com todo o rito do Plano Diretor, submeteremos a vocês no final do mês, agora na próxima reunião do CMDU. E aí sim, na medida em



PREFEITURA

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

trazendo para vocês a distribuição técnica. Será um bate bola dos dois conselhos com a secretaria para a gente construir esse processo do Plano Diretor, porque existe, por criação por lei, há uma resolução federal, o conselho da cidade, o Conselho Gestor, está atrelado a uma resolução federal. Foi estabelecida essa necessidade na Conferência das Cidades realizada o ano passado, então é um conselho que está formatado para essa finalidade processual do Plano Diretor. E o CMDU, dentro da atribuição natural dele, na questão da política urbana da cidade, Então nós vamos ter que, nós vamos, dentro do cronograma que nós vamos apresentar já na próxima reunião para vocês, mostrar as interfaces como nós vamos relacionar os dois conselhos dentro da política de desenvolvimento urbano da cidade. Eu acho que vai ser interessante para alguns membros aqui. Eu estou olhando, também participam do Conselho Gestor, tem alguns representantes aqui do CMDU que participaram, inclusive, dessa reunião que nós fizemos na semana passada. Foi semana passada, né? Foi, né, tá.

Bom, vamos lá, então, só para resgatar aqui, em 2016, o que é que aconteceu, para a gente entender o processo que a gente está reiniciando agora nesse mês. Houve uma capacitação da equipe da Prefeitura de São José dos Campos para as questões do Plano Diretor. Uma atualização de processo e legislação interna. Houve a 6ª Conferência da Cidade, determinou a necessidade de se ter um conselho para gerir esse processo do Plano Diretor e que culminou num decreto de formalização do Conselho Gestor. Houve um evento de abertura pública da revisão do Plano Diretor. Nosso Plano Diretor é de 2006, então houve um evento em dezenove de julho do ano passado. Houve a constituição do Conselho Gestor, ou seja, a composição dele de fato em quatro de agosto. A partir daí aconteceram sete reuniões do Conselho Gestor no ano passado. Essas reuniões, inclusive, formataram a metodologia da participação popular que ocorreu no ano passado atrás das oficinas preliminares, as oficinas comunitárias. Foram um total de... Então, as oficinas ocorreram, acho que em outubro do ano passado, se não me engano, e aí culminou com a reunião pública em quatorze de dezembro na Câmara em que o secretário então, Pedro Ribeiro, colocou o balanço das oficinas e falou da existência já de um relato, de um documento técnico preliminar sobre um diagnóstico da cidade. Bom, em 2017, com a o ingresso desse novo governo, houve essa reformulação administrativa da Prefeitura, uma reestruturação das secretarias. Nesse período nós não ficamos parados. Precisava-se ajustar o funcionamento da rotina da cidade, mas nós também não ficamos parados. Nós fizemos uma leitura desse diagnóstico técnico que tinha sido preparado no ano passado para que a gente pudesse... Eu vou explicar e aí agora nós vamos estabelecer com o Conselho Gestor as oficinas da participação popular para consolidar essa leitura técnica da Prefeitura com a sociedade e aí sim ter um diagnóstico da cidade. A partir desse diagnóstico, em 2017 ainda, culminar numa elaboração interna de diretrizes do Plano Diretor ainda num âmbito interno da Prefeitura. E aí, em 2018, aí sim, caminhar para a cidade de novo com as audiências públicas para discutir as diretrizes. A partir dessas diretrizes, elaboramos o projeto de lei e aí sim, o protocolo desse projeto de lei na Câmara. Então essa aqui é uma cronologia muito sintética dos fatos que ocorreram em 2016 e que a Prefeitura pretende realizar em 2017/2018. Mas eu vou detalhar agora as fazes. Vamos lá.

Então, na produção de 2017 do que foi feito até hoje, na cor azul, é o que nós trabalhamos agora nesses primeiros seis meses. Nós revisitamos o relatório da leitura comunitária feita o ano passado e na verdade, daí, dessa revisita da leitura comunitária, identificamos alguns pontos para incluir dentro do diagnóstico técnico que nós vamos a apresentar à sociedade. Bom, a partir daí, também ao ler o diagnóstico técnico que nós chamamos de preliminar no ano passado, nós detectamos que não houve um estudo comparativo com o Plano Diretor 2006 no quesito seguinte: as diretrizes, metas e objetivos estabelecidos em 2006, elas surtiram efeito, elas foram implantadas, consolidadas, houve uma mudança de rumo ou não? Para que a gente pudesse indagar a cada secretaria por uma devida complementação dessas informações. Então esse foi um estudo interno a partir de uma leitura técnica já feita no ano passado. As secretarias devolveram as informações que agora nós estamos compilando para formatar esse documento técnico que será submetido aos conselhos e à cidade, que é o que a gente ainda agora começa a produzir na secretaria, uma leitura técnica, então, a consolidação do material do ano passado com a leitura comunitária feita no ano passado e com esse estudo



comparativo feito pela Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, em que ela demandou às demais secretarias em complementações dessa informação. Feito isso, agora no final de agosto a gente pretende já consolidar essa leitura técnica para submeter aos senhores e aos representantes do Conselho Gestor. Bom, feito isso, nós também entendemos a necessidade de extrair dessas informações, porque assim, quando você pede informações para as secretarias, a exemplo de saúde, educação, a saúde ela manda também a política de saúde com relação a controle de endemia, que passa para uma parte de política sanitária, mas também manda as informações atreladas, a exemplo, a capacidade de atendimento dos equipamentos. Como é que está a capacidade de atendimento das UBSs, das UPAs, dos hospitais? A mesma coisa da educação. Ela tem uma política pedagógica, mas ela também nos dá a informação do quê? Como é que está hoje a distribuição espacial dos equipamentos da cidade, ou seja, ensino infantil, creche, ensino fundamental, a capacidade ou não de atendimento nas diversas regiões. No nosso entendimento, essas são as informações fundamentais das secretarias para a política de desenvolvimento urbano. Então a gente está fazendo uma filtragem também das informações de saúde, educação, esportes, FUNDHAS, Fundação Cultural, que são essas que apresentam suas políticas públicas com aquelas da Secretaria de Urbanismo, de Obras, Habitação, para a gente fazer a leitura daquilo que é pertinente à política de desenvolvimento e organização do território. Então, é esse caderno de mapas temáticos, ele terá três dimensões que a gente entende a análise: uma físico-territorial, uma de infraestrutura e uma socioeconômica e demográfica. Pode passar, Daniela.

A dimensão físico-territorial, ela vai extrair a questão dos atributos naturais da cidade e aí a gente fala já em relevo, morfologia, geotecnia. As áreas... A questão da hidrografia, cobertura vegetal, é uma análise física do território. E as condicionantes legais que são atribuídas sobre esses atributos naturais. E aí a gente tem a figura das APAs que foram criadas, das EDCAs, são as zonas de controle de inundação, e entre outras. Aqui são exemplificativas. Então, esse caderno, ele trará, na dimensão físico-territorial, aquilo que realmente está linkado com a política de organização do território. À dimensão de infraestrutura, então a gente está fazendo uma leitura dos diversos serviços das secretarias que são feitos na cidade, extraindo o que é importante. Como é que estão hoje os equipamentos públicos e comunitários? Como eu falei, as escolas, as UBSs, as creches, os equipamentos esportivos, os parques, a cobertura de... A questão do índice de área verde por habitante, a rede física de infraestrutura, e a gente fala de água, esgoto, sistema viário, a questão da energia. Sistema viário e transportes públicos, o atendimento do transporte ou a capacidade de suporte dessas vias. A questão da habitação, hoje, como é que nós estamos de déficit ainda na medida em que conjuntos habitacionais foram implementados, como é que é o déficit regional, como é que funciona o cadastro da Prefeitura Regional para atender a essa demanda habitacional, e a questão do processo de evolução urbana no período. Como é que a cidade caminhou nesses dez anos. E na dimensão socioeconômica e demográfica, as características e condições de vida da população. Daí, são os dados de população. A gente precisa entender também, dentro dessa questão dos equipamentos, da infraestrutura, como é que essa população se comporta no território. As características de condição de vida da população, ou seja, a densidade populacional, a questão de trabalho, faixa de renda, faixa etária, a vulnerabilidade social, onde que nós temos a população mais vulnerável do ponto de vista social, daí sim você tem as três dimensões. Isso aqui são exemplificativos. Mais informações haverá nesses cadernos. Aí, a partir dessas três dimensões, a proposta é criar indicadores espaciais. Pode por o outro.

Esses indicadores, na verdade, é a partir dos mapas temáticos, então, a criação dos indicadores espaciais sintéticos para cada categoria, ou seja, para cada dimensão dessa, nós vamos nos utilizar de variáveis para criar os indicadores e a partir desses indicadores, começar a construir junto com a população as diretrizes para futuro Plano Diretor da cidade. Então, os indicadores facilitarão a compreensão quanto às realidades locais e necessidades de notícias públicas sobre o território. E assim nós vamos finalizar um diagnóstico técnico e eles contribuirão na construção da proposta que contará com apoio de consultorias especializadas, tanto na área urbanística quanto de... Volta um



PREFEITURA

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

pouquinho, por favor... Na área urbanística e de sustentabilidade. Então, o que é que acontece? Na questão dos indicadores, também, isso exige uma metodologia mais específica, mais científica, então nós também estamos em contato com consultorias especializadas aí para que a possa nos ajudar na criação desses indicadores. E a partir daí, também, tendo esse diagnóstico, uma consultoria também urbanística para nos ajudar na aplicação dos instrumentos urbanísticos da cidade, ou seja, qual que é o formato aqui do Plano Diretor? Eu tenho uma leitura comunitária, uma leitura técnica, eu consolido essas duas leituras num diagnóstico da cidade, e dimensões específicas como já mencionamos aqui. A partir daí, nós criamos indicadores e com esses indicadores nós voltamos à cidade para discutir essa cidade e o que nós queremos para, dentro de uma proposta, ser desenvolvido por todos nós. Bom, e como é que se dá a condição participativa, até porque a legislação e toda a prerrogativa do Plano Diretor é que ele seja participativo. Nós vamos, num primeiro momento então, fazermos a apresentação do diagnóstico técnico e da leitura comunitária, a sociedade para consolidação do diagnóstico final, e quando a gente entende sociedade, a gente entende CMDU, o Conselho Gestor, os demais conselhos setoriais, porque daí nós temos COMUS, Conselho de Educação, COMAM de Meio Ambiente, COMPHAC que é o Patrimônio Histórico, uma série de conselhos que a gente também tem que submeter principalmente as diretrizes que cabem a esses conselhos. E a sociedade através de oficinas e reuniões públicas e também vamos criar uma plataforma online para facilitar essa interatividade da sociedade com o poder público. Num segundo momento, então, na medida em que a gente tiver esse diagnóstico finalizado, a gente vai desenvolver uma proposta de Plano Diretor e submeter à sociedade. De novo, essa proposta passa pelo crivo do CMDU, do Conselho Gestor, dos conselhos setoriais, e da sociedade de maneira geral atrás... E aí sim, de formatos de audiências. Enquanto num primeiro momento a gente propõe um formato de oficinas de capacitação e sensibilização para construir esse diagnóstico juntos, já na proposta, a gente entende que é para ir para um rito de audiência por que precisa dar uma maior formalidade ao processo. Uma vez que a sociedade formalize, consolide as suas diretrizes, a gente passa para uma terceira fase, que seria a construção do projeto de lei que vai dar entrada na Câmara. E na medida em que esse projeto de lei, ele volta de novo para os conselhos, com o CMDU, Conselho Gestor, aqui ele já fixa nos dois conselhos porque nós já fechamos diretrizes e diagnósticos com os demais conselhos setoriais. Aqui a gente só tem os conselhos atrelados e aí, sim é a sociedade, através de audiência pública. Então, a gente está pensando em construir esse rito, por isso 2018. A gente entende que até o final do ano a gente consegue fechar o diagnóstico e internamente elaborar as diretrizes para que a gente, em 2018 siga de novo, aí sim para consolidar a proposta. Pode ir.

A participação popular, quando a gente fala de oficinas, a importância delas, porque elas subsidiarão a leitura comunitária e o diagnóstico final. Esse formato de oficinas, como ele é um rito, uma metodologia, ela vai ser fechada em finalizada com o Conselho Gestor. Nós já vamos apresentar na próxima reunião do Conselho Gestor dia onze de agosto também, além da discussão do cronograma, já começamos a discutir o formato dessas oficinas, a metodologia, fazer um balanço do método aplicado no ano passado para ver se cabe algum aperfeiçoamento, alguma melhora, para atingirmos nosso objetivo. Também então, em tese, realizaremos as oficinas e nas seis regiões e em São Francisco Xavier. Como as regiões são grandes, aqui a gente ainda vai decidir com o... No caso da sul, da leste, são regiões grandes e populosas, talvez nós a subdividamos. E aí temos que fechar junto com o Conselho Gestor. A partir daí, nós teremos audiências públicas, seminários técnicos, palestras, outros eventos, para a gente poder submeter essa leitura da cidade. E a comunicação, como foi falado, através de uma plataforma online para a gente modernizar e criar uma condição especial para o Plano Diretor, diferenciar do padrão Prefeitura para informações, mas sim tratar o Plano Diretor de forma diferenciada. Vamos lá.

Bom, com isso, dentro da nossa concepção, nós vamos ter os seguintes produtos aí dentro do processo do Plano Diretor: uma leitura técnica preliminar, que é essa de 2016; uma leitura comunitária feita em 2016; um diagnóstico técnico que parte do estudo comparativo que nós fizemos daquela leitura técnica e comunitária com seus cadernos temáticos, esse é um produto da secretaria;



esse diagnóstico técnico submetido à sociedade, aos conselhos se transforma no diagnóstico final. Esse material, todo material decorrente do acervo do debate público, todas as atas, registros, tudo o que aconteceu, as contribuições da sociedade, também são produtos do Plano Diretor, e com isso a gente estabelece uma proposta técnica e um projeto de lei. Então, na nossa concepção, seria o resultado do Plano Diretor, de todo o processo do Plano Diretor no final. Então nós temos como etapas principais o diagnóstico, que nós vamos disparar aí em agosto, setembro, propostas e projeto de lei. Então, basicamente essa é uma estrutura de um plano de trabalho e que a secretaria está agora vinculando a um cronograma, uma temporalidade. Essa temporalidade será apresentada ao Conselho Gestor para a gente fechar com ele esse cronograma desse processo porque cabe a ele esse rito e aí, na medida em que fechar com ele, submeteremos o cronograma para conhecimento de vocês e a participação do CMDU se dará nas questões técnicas dentro desse processo do Plano Diretor. Eu acho que agora eu volto para o Manara para ele conversar com vocês.

Marcelo Pereira Manara - Obrigado Oswaldo. Complementando, uma das... Nossa, está ruim a garganta... Numa das atividades previstas que nós já... Eu aproveito o momento para pedir o apoio de todos aí no CMDU. Nós estamos formatando, com o apoio do COMAM e de algumas outras organizações, para o dia doze de setembro, um seminário que fará parte das estratégias de discussão técnica da construção do Plano Diretor. No dia doze de setembro, um seminário o dia inteiro em que nós estamos ainda, uma agenda para... Ainda é uma grade da programação a fechar, mas já estamos em contato com o Cláudio Bernardes para falar sobre cidades do século XXI, Heloísa Proença, para discutir um tema que é bastante interessante, oportuno, certamente com assento no CMDU, a questão da verticalização, mobilidade; Marcos Araújo com debate sobre o perfil do novo mercado e Juliana Alencar sobre áreas de preservação permanente, áreas verdes e drenagem urbana, e Valério Gomes sobre smart cities. E também com o apoio e uma apresentação da GBC Brasil sobre a questão das construções sustentáveis e tal. Falo isso porque numa dessas conversas anteriores, só para reafirmar, é uma identidade que pretendemos dar como um pacto com toda a sociedade joseense, um Plano Diretor em que o viés da sustentabilidade seja posicionado como uma nova leitura, percepção de toda coletividade, de toda sociedade joseense como um propósito da São José dos Campos que queremos. Então, a previsão é do dia doze de setembro e já estou aqui colocando o convite e abrindo a solicitação de apoio desse CMDU para também, através desse importante evento, trazerem questões técnicas em contribuição de, dentro de um panorama multidisciplinar e multitemático que é o perfil do CMDU para enriquecer e aprofundar os debates técnicos e construção do Plano Diretor. Bom, eu acho que a palavra está franqueada à plenária. Quem quiser fazer uso da palavra eu peço que se identifique para ficar registrado na gravação.

Walter Brandt - Bom dia a todos. Bom dia Manara, Oswaldo, sou Walter Brandt, arquiteto da Associação de Engenheiros e Arquitetos de São José. Tudo bem, Oswaldo? Não, a gente, aquele dia na reunião passada eu ia falar para você, mas a gente ficou por causa do adiantado do horário, ficou para depois, mas cai bem o tema aqui ainda. A gente acaba fazendo nesse trabalho o levantamento dos pontos, o diagnóstico para ter ações, e meio que acaba sendo apagando incêndio. Mas a questão do Plano Diretor, tenho que falar para vocês, mas é mais para a maioria aqui, é ter uma visão futura e alcançar esse objetivo. Pegando o gancho do Osiris aí, com o programa São José 2030, então, assim, eu acho que a gente podia, além de apagar os incêndios que tem mesmo, os problemas, os gargalos de trânsito, criar um mapa de temático de um cenário futuro, para 2030, pegando essa referência de dez anos do plano. A gente está em 2017 e vamos aí pegar, culminar em 2030, e para tentar atingir esse objetivo, porque senão acaba sendo como qualquer cidade. Fala assim, o objetivo do Plano Diretor é o desenvolvimento sustentável, é um tema muito genérico que depois de dez anos você não alcança e fala "fica para a próxima gestão". Agora, quando a gente faz o cenário ou imagina uma situação e tentar alcançar, eu acho mais produtivo. Então eu acho, essa seria a sugestão. E a questão das consultorias. Eu também, eu concordo que a gente tem que pegar experiência de fora, é super importante, mas em São José tem muita gente capacitada, que conhece a região, conhece a cidade, pode colaborar, porque às vezes cai, que nem no caso do BRT, VLT e faz o estudo, direciona, com



PREFEITURA

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

certeza, a linha fica direcionada para onde tem mais pessoas, porque tem a viabilidade econômica, técnica. Mas, vamos dizer, eu acho que se a gente faz uma projeção para a zona leste, vamos dizer assim, facilita o transporte para lá para desenvolver essa região. Num primeiro momento, não é vantajoso desenvolver o transporte para lá porque não tem população, mas se tem um transporte desenvolvido, quem sabe a população não vá para lá? Então, essa questão do entendimento da situação e como se resolve. Então, assim, que as ações sejam visando um cenário futuro e não simplesmente apagar incêndio. Então é essa a colaboração.

Oswaldo Vieira de Paula Junior - Então só para... Na verdade, é isso. A leitura da cidade é como estamos hoje, no que nós podemos melhorar. A proposta, fase de proposta, são as discussões dos cenários. Aí a gente vai estar realmente criando, vendo cenários que são possíveis. A gente tem uma realidade de população, como ela se comporta, qual é a tendência de crescimento nas diversas regiões, quais são as necessidades, e aí, sim, estabelecer os cenários. Aí a ideia, é preciso partir de uma realidade para criar outra realidade, e aí nós vamos discutir esses cenários. Quando a gente fala em consultoria, na questão, por exemplo, dos indicadores, a gente tem que buscar institutos de pesquisas e tal que tenham essa experiência, essa metodologia, porque a gente está falando de pegar variáveis e criar indicadores, então tem que analisar quais as variáveis que compõem um indicador para a gente estar aplicando em uma política pública. Então exige certa expertise e a gente está buscando mesmo informação nesse sentido para ver quem pode nos contribuir com essa expertise aí no desenvolvimento desses indicadores. E a questão urbanística também, na aplicação dos instrumentos urbanísticos, como é que nós vamos trabalhar com o estatuto, não é, mas isso a gente vai estar estabelecendo, vai estar mostrando, vai estar dialogando aí nesse aspecto.

Josiane Cristina Antunes - Bom dia, Josiane, gerente regional do CIESP. Você tocou num assunto, para mim, muito importante, que é a questão do indicador. Quando, como cidadã, quando vou consultar indicador no site da Prefeitura ou em qualquer outro órgão, eu percebo que há muita divergência de números, de tudo. Vou citar um exemplo, um exemplo da indústria. Se você verificar no CIESP, para mim, eu tenho 600 indústrias. Eu encontrei em algum site que tinha 1600 indústrias. Acho que na Prefeitura tinha 800 cadastradas, ou seja, a gente tem uma divergência de informação muito grande, entendeu? Tem alguma coisa, viu... Como é o indicador hoje? Como estamos e aonde nós queremos chegar? Tem algum estudo para isso? Vocês têm algum número atual que diga "ó, estamos aqui, pretendemos chegar aqui"? (vozes masculinas inaudíveis em segundo plano) Bom dia. Meu nome é Renato Fedatto, eu sou representante da ACONVAP e inicialmente queria parabenizar aqui a nova secretaria pelos andamentos que estão levando no estudo do Plano Diretor. Acho louvável o aproveitamento dos estudos que foram realizados lá no passado. Isso demonstra maturidade a essa gestão, mas eu acho também importante comentarmos algumas coisas em função do cronograma apresentado. É conhecida a complexidade toda que se tem para gerar um Plano Diretor. É um trabalho árduo, um trabalho que necessita de muito estudo, mas também precisamos entender que a iniciativa privada, a construção civil de São José dos Campos passa por um momento extremamente difícil. Os empreendedores há bastante tempo, não conseguem desenvolver seus produtos. A atual lei de zoneamento é extremamente restritiva. Ela contém equívocos onde ela defende, o que é qualidade de vida e em função disso, nós temos aí um setor que demitiu um número massivo de funcionários. Os estudos recentes determinam que, só a construção civil privada, demitiu algo entre doze mil funcionários. Eu acho que o cronograma apresentado se estendeu mais do que o esperado inicialmente. Acho que a municipalidade poderia estudar isso e, dentro do possível, reduzir esses prazos e também tentar linkar a apresentação do Plano Diretor a um estudo de uma nova lei de zoneamento, que aí sim nós conseguiremos dar um novo fôlego ao setor que tanto precisa. Obrigado. Agora é o Paulo, lá. Paulo se identifica pra gente.

Paulo Romano - Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Paulo Romano. Eu sou professor da UNIVAP do Programa de Planejamento Urbano e Regional e também sou membro do Conselho Gestor da revisão do Plano Diretor e inicialmente quero dizer que na representação do Conselho Gestor do Plano Diretor, nem eu e nem meus suplentes viemos à reunião porque não se recebe



convocação para a reunião de discussão de Plano Diretor com quarenta e oito horas de antecedência e sim com quinze dias, que é o que prevê a resolução do Conselho das Cidades, e por isso não pudemos estar presentes a despeito do que outras pessoas vieram, mas isso é uma questão de cada um. Nós não pudemos vir, inclusive porque recebemos com esse prazo extremamente exíguo e que inclusive não atende aos dispositivos da legislação que fala a respeito de convocações de situações que são públicas. Então já quero começar dizer que a despeito das argumentações colocadas, o nosso entendimento é que não existe etapa não pública de Plano Diretor. E se ela for, ela não pode durar seis meses. Então eu acho que, muitas vezes, a gente desmonta o que existe, inclusive a própria Secretaria de Planejamento, para justificar outros métodos e processos que fazem as coisas demorar mais e depois precisa se buscar expertise fora daquilo que se construiu porque o que tinha foi destruído. Então, a gente começa querendo reinventar a roda e não há explicação nenhuma para a sociedade. Não é para mim, porque para mim não precisa porque eu já entendi bem, por que é que se acaba com uma Secretaria de Planejamento Urbano numa cidade que tem uma história criticável ou não, de construção de planejamento urbano. Então, e eu já observei isso na reunião do Conselho Gestor e nessa, porque eu acho muito estranho o site da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente colocar Plano Diretor como Serviço. O Plano Diretor é a segunda lei mais importante da cidade depois da Lei Orgânica, que, aliás, eu já digo de antemão, que uma terá que ser atualizada, rediscutida, porque ela é de 1990, que pode ser, inclusive, que estabelece coisas sobre o planejamento urbano e que na verdade, inclusive, nem guarda consonância com o Estatuto da Cidade que é um a lei federal. Isso já é um outro departamento da história. Então, assim, quanto aos processos, a análise, o diagnóstico, ele precisa ser permanentemente público com a presença das pessoas e etc. E com relação à questão da construção de consultorias para vários fins, de alguma forma, é surpreendente uma cidade com história de planejamento urbano e o fato de ter um instituto de planejamento, de ter o INPE, de ter a UNIVAP, dizer que precisa buscar expertise em algum lugar para falar de indicador, que é o que mais pesquisador faz é tentar pesquisar e descobrir indicador. E faz isso, não só teoricamente, faz para tentar entender e como nunca a gente é muito ouvido, a gente faz pesquisa para tentar instrumentalizar diretriz de política pública. Então, consultorias externas, a gente não sabe nem muito bem para quê. E assim, consultoria interna para aplicar instrumento urbanístico, quando assim, eu acho que tem coisas que parecem ser muito óbvias que não depreendem não necessitem de estudo. Mas se nós estamos querendo falar de cidade sustentável e etc., eu acho, Walter, que tem uma coisa anterior. Não é desenvolvimento sustentável. O Estatuto da Cidade fala de algo que está na Constituição brasileira. 1 - Função social da propriedade; 2 - Regularização fundiária, a despeito do desastre da medida provisória 759, que virou alguma lei, que isso é uma desconstrução, de um retrocesso e de uma, de algo inominável que se fez nesse país e que vai dificultar muito a vida de quem quer fazer planejamento urbano sério nas cidades brasileiras. Então, assim, política urbana deve pensar antes de tudo em gerar cidade acessível, democrática, justa e participativa. Parece palavra dizer, eu sinto muito ter que dizer isso, mas a cidade não tem, e não tem por obrigação, deve considerar, mas ela nunca deve ser orientada por aqueles que são empreendedores de negócios, eu sinto muito. A cidade é um bem público no sentido de interesse público, não de propriedade que a propriedade privada existe. Então, assim, se nós quisermos já de antemão pensar na cidade melhor, uma coisa que teria que parar de fazer desde já é construir conjunto habitacional de periferia e condomínio de luxo a dez quilômetros do centro da cidade e em área de proteção ambiental que está cheio aqui nessa cidade. Parar de fazer gente vivendo excluído atrás de muro e inclusive empreendimento de natureza social. Nós temos que falar de um conceito de cidade. E aí fica bem mais simples aplicar. Eu não preciso consultar alguém externamente para pegar todos os terrenos vazios da cidade e aplicar um instrumento urbanístico de induzir a função social da propriedade. Eu não preciso disso. Então, assim, se a gente fizer o que está na lei, o que for mais óbvio e mais simples, só que isso pode desagradar àqueles que a vida inteira, entenderam que seus interesses são fundamentais para a cidade, não necessariamente, economia urbana se faz só motivada por interesse empreendedor imobiliário. Há outros exemplos em outras cidades, inclusive fora do Brasil, na



PREFEITURA

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

América Latina, que estão avançando muito mais do que o Brasil no velho modo de fazer o mesmo. Então eu acho que a gente, assim, há muitas questões que, aparentemente, parecem estar sendo conduzidas no caminho que é para ser conduzidas, mas o conceito de cidade como se discutirá isso é a coisa mais importante. Porque se a gente quer falar de século XXI, a gente tem que sair do século XIX, porque um monte de lugar dessa cidade ainda está no século XIX, inclusive as mentalidades.

Oswaldo Vieira de Paula Junior - Tá bom. Vou tentar responder à Josiane com relação aos dados. Na verdade, quando nós estamos falando de levantar os dados e, na verdade, é apurar melhor a informação, até para que ela possa estar padronizada dentro da Prefeitura. Essa é uma leitura que a gente está procurando fazer interna, revendo todos esses números para que a gente possa apresentar números mais atualizados. E aí, sim, entender no site um mecanismo de atualização mais ligeiro, mais vamos dizer assim, ligeiro, mais rápido em relação à dinâmica da cidade. Eu concordo, existem, muitas vezes, números que falam, não se conversam, há divergências, não é, mas essa é uma propositura tentar buscar, melhorar e uniformizar esses números da cidade. A gente está falando de dados de maneira geral, inclusive a questão da indústria né, tá bom?

Marcelo Pereira Manara - Bom, com relação à contribuição do Renato da ACONVAP, lógico que tivemos um prejuízo inicial do cronograma inicialmente previsto para concretização, para a cristalização do Plano Diretor, em que pese as... Temos que garantir para a sociedade que o que vai pautar a discussão não é a celeridade, porque isso seria uma, não só uma temeridade, como um erro crasso, histórico para a cidade. Mas na verdade, o Oswaldo falou um pouco aqui no começo em termos de plano de trabalho, mas há uma... Perceptível... Nós percebemos umas fragilidades nas etapas iniciais que precisávamos contemplar na formatação dos documentos que servem de subsídios para essa nova arrancada, por assim dizer. Então, o importante nesse contexto, de que o cronograma previsto para discussão do zoneamento não sofreu impacto. O que nós não queríamos, a princípio, era trabalhar com certo paralelismo e continuamos convictos de um prejuízo com relação a discutir agora o zoneamento em conjunto com o Plano Diretor, mas a discussão do zoneamento mantém o mesmo cronograma de se iniciar tão logo no começo de 2018. Então nós assumimos isso como um desafio adicional porque nós estaremos com uma demanda ainda forte do Plano Diretor em 2018, mas já iniciaremos dentro do que foi previsto e anunciado inicialmente em termos de zoneamento.

Com relação às contribuições do Paulo Romano, embora tenhamos uma divergência aí do que prevê a resolução 25 com o decreto em termos de convocação das reuniões, essa dificuldade da primeira reunião, por assim dizer, na leitura de alguns dos conselheiros, que já foi colocado isso na reunião do Conselho Gestor, ela vai ser prontamente superada porque os mecanismos de convocação, eles já serão... Em cada reunião será anunciada a reunião subsequente e a próxima convocação, na verdade, nós já estaremos anunciando as duas próximas reuniões. Então essa questão é meramente da rotina estabelecida entre as regras de convocação e já está superada. Essa questão que o Paulo coloca da etapa que não existe etapa não pública, é lógico que o Plano Diretor em essência é um documento que se assenta em um pacto com a sociedade, então ele tem nos princípios da transparência e da pronta disponibilidade de todos os documentos, os seus alicerces para que nós tenhamos, em paralelo, a própria capacitação, os exercícios de capacitação para essa discussão. Mas como uma nova gestão, nós tivemos que fazer esse exercício interno de consolidação da própria equipe, que houve uma substituição, então é humanamente possível você, com toda uma equipe nova, você dar continuidade naquele pronto momento de chegada de uma nova gestão. Então, teve sim uma necessidade de nos apropriarmos internamente da complexidade dos documentos gerados e daquelas contribuições ocorridas no final da gestão passada, então não houve, em absoluto, a destruição do que foi feito para usar da sua expressão, não sei se era nesse sentido também que foi feita a colocação, de que houve a destruição do que foi feito. Pelo contrário. Nós utilizamos todo o acervo de documentos e contribuições colhidas com a sociedade na etapa inicial promovida pela gestão passada no último trimestre. Entendo que você estava se referindo também à questão própria da Secretaria, da então Secretaria de Planejamento Urbano. Com relação ao posicionamento do tema Plano Diretor no site, é também, já, uma... Nós estamos... Em breve, lançaremos uma nova roupagem do site e do item e do



tema Plano Diretor com a devida ênfase e numa linguagem moderna e acessível, também pautando isso dentro da estratégia de total transparência e chamamento público para as discussões contínuas do Plano Diretor. Então, teremos esse novo site, essa nova plataforma, uma plataforma interativa e estamos contratando esse serviço em especial para que realmente tenha uma celeridade nessa oferta desse espaço do Plano Diretor dentro do site e o espaço para perfeita interação e aumentar a interação com toda a sociedade. Com relação às demais considerações, eu acho perfeito, Paulo, no sentido de que a dinâmica de discussão democrática é essa. Você apresentou uma série de conceitos do seu entendimento no caminho que devemos seguir. Eu acho que ela se alinha perfeitamente ao momento de discussão pública. É isso que nós queremos, é isso que nós pretendemos enquanto contribuições. Cada um trazer, cada instituição aqui representada e mais do que isso. É lógico que nós temos o exercício grande de aperfeiçoamento da participação cidadã nos processos de discussão, em especial daquelas políticas públicas mãe, por assim dizer, dada a importância de um Plano Diretor, da importância de um zoneamento. Nós precisamos de criatividade e um exercício contínuo para poder alimentar e trazer com atratividade essas discussões para que a sociedade, através das suas várias representações, se faça presente e traga cada qual a sua linha ideológica, conceitual, para contribuir nesses debates. Então eu acho que eu tenho perfeita convicção de que o CMDU é um fórum muito especializado para isso, por isso que tem a sua posição de destaque na construção desse instrumento, do Plano Diretor. É um colegiado com um expertise né, que vai contribuir seguramente para o melhor Plano Diretor para São José dos Campos com as suas várias contribuições. Então, já de pronto, eu acredito que esse exercício de provocação conceitual que o Paulo traz, é isso que nós queremos que nós possamos discutir aqui no CMDU e nas discussões públicas do Plano Diretor, também com a Câmara de Vereadores dentro dessa posição estratégica fundamental da consolidação dessa política pública. Alguém mais?

Luís Antonio Sabonge - eu sou suplente da ACONVAP aqui, o grupo. Gostaria de saber se podemos aproveitar o trabalho. Não está ouvindo? Tá... (Fala com incidência de microfonia a partir deste ponto) É se poderia ser aproveitado aqui numa das apresentações o trabalho que tem disponível no IPLAN sobre o que pode, o que não pode ser feito na cidade, as infraestruturas instaladas, coisa desse tipo, que até então não estava disponível, não estava público, vamos dizer assim. Pode dizer alguma coisa sobre isso? É um aplicativo que o Diretor Presidente lá do IPLAN comentou na ACONVAP que poderia ser disponibilizado publicamente em que tem toda a cidade mapeada com o que pode e o que não pode ser feito e as infraestruturas instaladas. (vozes masculinas inaudíveis em segundo plano) **(fala feminina não identificada)**

Bom, o IPLAN tem visitado todas as secretarias e esteve conosco há cerca de quinze dias atrás, aonde ele, junto com a Secretaria de Planejamento, que todas as secretarias serão fornecedoras de demandas, de dados pertinentes e no intuito de desenvolver essa plataforma, vai ter uma contratação de uma empresa ou empresas que vão construir essa, de geoprocessamento, uma plataforma de geoprocessamento e, de fato, esses dados serão públicos e todo mundo vai poder acessar, seja investidor, seja munícipe, seja para nós, gestores públicos também. Mas eu creio que a última notícia que eu tive é que estava estudando uma licitação aí, estava sendo montada para contratação desse... Exato. Não é? A plataforma de geoprocessamento que vai endereçar outras políticas além dos dados propriamente, no planejamento.

Marcelo Pereira Manara - Só completando, então, é a contratação para o novo cadastro multifinalitário. Nossa base é de 2009 então precisamos, obviamente, de atualização e está em processo de discussão com as novas tecnologias, então nós estamos ouvindo aí várias empresas que têm inovações tecnológicas para compor esse esforço para o cadastro multifinalitário. É uma discussão que tem assento na Secretaria da Fazenda porque ela tem um reflexo direto com relação a isso, mas é um cadastro útil para todas as secretarias e para a população em geral, na medida em que se torna um documento para consulta pública atualizadíssimo. Mais alguém?



Paulo Romano - Renato. Só uma... Na verdade, duas.

Marcelo Pereira Manara - Ô Paulo, só fala seu nome novamente.

Paulo Romano - Paulo Romano, da UNIVAP. São duas pequenas dúvidas porque eu não tenho essa possibilidade de ler frequentemente os boletins que são... Aqueles boletins da Prefeitura, da municipalidade. E eu não sei se foi feita essa correção, digamos assim, ou se foi reeditado o decreto municipal sobre este Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. Por quê? Porque no último que eu vi que foi o que antecedeu a nossa primeira reunião, ele tinha um problema bastante sério. Porque ele falava assim, “fica criado, estabelecido o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano” e só tinha os representantes do poder público. Então o decreto, ele não era o conselho. Ele era a nomeação dos representantes do poder público, o que eu não sei, porque eu estou dizendo que eu não vi posteriormente, se foi publicado o decreto com todos os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. É a outra coisa, quando se falou sobre a contratação de estudos geotécnicos para a questão do plano de risco, é bom lembrar que, eu digo isso até por coincidência, o Professor Mário Valério, que tem conhecida expertise nessa área, participou e coordenou um trabalho de estudo de levantamento de área de risco de uma parte da cidade, então, assim, há uma parte da cidade que já tem levantamento sobre risco. Então, talvez eu posso até entender que haja contratação de levantamentos para áreas da cidade que eventualmente não tenham sido estudadas porque já há levantamento de pelo menos uma parte da cidade realizada com suficiente expertise, exatamente sobre a questão de risco.

Oswaldo Vieira de Paula Junior - Bom, falando do CMDU, na verdade, assim, o CMDU ele foi criado pela lei, a 428 de 2010, a lei de parcelamento e desocupação do solo. Naquela ocasião ele já estabelecia as entidades em lei que faziam parte do conselho. Quando ele foi constituído naquela ocasião da criação dessa lei, ele não foi constituído através de uma formalização de decreto, não. Foi uma indicação dos membros. A Prefeitura e uma indicação dos membros da sociedade civil organizada. Na gestão passada houve uma nomeação de nomes da Prefeitura por decreto. Então, como alterou os nomes da Prefeitura por decreto, nós tivemos que fazer uma alteração dos nomes da Prefeitura. Daí nós recolhemos os nomes de vocês. Que a gente pode estar decidindo é se formalizamos todos em decreto agora porque a questão da composição dos representantes das diversas instituições, ele nunca foi formalizado por decreto. Ele era uma indicação porque a lei já previa a composição, então a entidade, ela indicava a pessoa já no teor da lei. Como houve essa iniciativa de formalizar em decreto no governo passado somente os agentes públicos, como se a Prefeitura autorizasse a representatividade ou a deliberação dos agentes públicos por força do que poder público, ou seja, delego a representatividade para os representantes da Habitação, Regularização, Planejamento, Meio Ambiente, então nós tivemos que fazer esse decreto em relação aos membros da Prefeitura, mas a gente não fez um decreto em relação aos membros das diversas entidades porque já havia na hora em que nós fizemos o e-mail de convocação, já foi dado o nome e nunca houve um ato por decreto. Então, assim, existe o decreto dos nomes da Prefeitura por força da representatividade que o poder público por um entendimento jurídico ali em algum momento, que o representante da Prefeitura teria que ter alguma autorização do executivo para tomar decisões e deliberar em plenária como Prefeitura. Então foi um entendimento jurídico. Então, nesse ano, a gente acabou... Como alterou os nomes da Prefeitura, a gente falou, vamos formalizar então em cima desse entendimento que já havia o nome da Prefeitura e respeitamos a indicação de cada entidade pelo fato da entidade já fazer parte da própria lei e na medida em que cada instituição indicou o representante de forma oficial. Então houve um entendimento nesse momento. Só estou trazendo à tona o porquê não houve um decreto geral de todos os nomes.

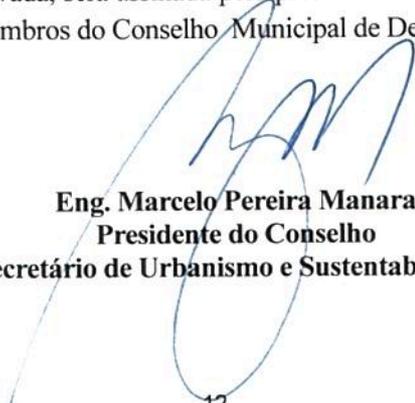
Marcelo Pereira Manara - Só complementando, na verdade é instituição que tem assento e no artigo terceiro do regimento interno, assim define que cada instituição ou entidade participante do CMDU, então quem é o participante é a entidade, fará a indicação de seus representantes titulares e suplentes. Artigo terceiro do regimento interno. Com relação ao estudo geotécnico confirmatório, não só o brilhante trabalho capitaneado pelo Mário Valério, nós temos, nós estamos concluindo outro que



complementa cinquenta e... Marcelo e Kimura, você é da região, é 54 áreas, né? São aqueles estudos indicativos da área de risco. O estudo geotécnico confirmatório, ele tem uma objetividade que vai no momento segundo. Então, os planos gerais fazem o indicativo das áreas que acomodam as áreas de risco na cidade e quando em trânsito no judiciário para efeito de remover uma família, é preciso que nós façamos o estudo geotécnico confirmatório de que aquela casa da Dona Maria, do Seu José, do Seu João, tem problemas que garantem o seu enquadramento, a garantia técnica do seu enquadramento em R3, R4. Então, do bolsão identificado como indicativo da área de risco, nós vamos lá dentro e definimos que aquela casa da Dona Maria se enquadra pelo estudo geotécnico confirmatório, em área de risco para subsidiar o processo legal que vai resultar na remoção daquela família e na ação demolitória subsequente. Então é um rito para dar solidez no processo jurídico que é o momento segundo depois desses estudos aí. Mas alguém, por favor? Todos assinaram a lista?

Bom, gostaria de agradecer a presença e a contribuição de todos. Em breve nós estaremos aí com mais documentos e subsídios e agora é essa hora de arregaçar as mangas e contamos com toda a excelência e predisposição da participação cidadã de todos aqui. (Toque de telefone celular em segundo plano) É o meu que está tocando. Em razão da necessidade que nós temos de promover a educação continuada, por assim dizer, desse tema junto à população. Então é uma mesma chamada que eu fiz no Conselho Gestor do Plano Diretor, eu repito aqui, que os conselheiros do CMDU, eles têm, na verdade, não só por atribuição do regimento, mas como exercício cidadão de funcionar como interlocutores para a alavancagem do tema junto aos seus segmentos. A participação cidadã do conselheiro, ela não se encerra aqui nas reuniões do conselho. Ela vai muito além. E essa participação no momento de discussão do Plano Diretor é uma exigência que nós, todos nós conselheiros, deveremos nos fazer enquanto partícipes dessa jornada. Nós precisamos que cada um de nós irradie essa discussão, promovam essa atratividade, convença as pessoas dentro das suas respectivas instituições a abraçar esse tema e a participar de maneira efetiva. E com a expertise, a qualidade técnica de cada um de vocês, além desse chamamento à participação, cada conselheiro pode promover a capacitação, o melhor entendimento, para que nós tenhamos, além da quantidade de pessoas envolvidas no processo de construção da principal política pública da cidade, para que nós tenhamos, além da quantidade, também essa participação qualitativa. Isso depende de cada um de nós. O processo de aprendizado, de educação continuada de despertar o interesse do cidadão para participar desse momento junto com o CMDU, junto com o Conselho Gestor do Plano Diretor, junto com a Prefeitura e junto com a instituição que cada um representa. É importante que saiam daqui, levem para suas instituições, que isso é um desafio, que isso é um chamamento cidadão. Nós precisamos fazer com que o Plano Diretor seja assunto de, entre aspas, “balcão de padaria, reuniões na igreja, de reuniões na associação de bairro”, junto com os vereadores que já fazem esse exercício cotidianamente no exercício da sua função. Mas é importante chamar a atenção e a responsabilidade de todos aqui enquanto conselheiros. Saiam daqui e propaguem essa discussão do Plano Diretor porque é isso que a municipalidade precisa. É isso que nós precisamos chegar às reuniões públicas e nas audiências públicas, prontos para um debate rico, para um debate que construa a São José dos Campos que nós queremos. Obrigado pela participação de todos.

Encerramento: E nada mais havendo para constar, eu Deolinda Luíza Miranda de Araújo, redigi a presente ata foi redigida e depois de lida e aprovada, será assinada pelo presidente do Conselho, para ser encaminhada por e-mail a todos os participantes e membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.



Eng. Marcelo Pereira Manara
Presidente do Conselho
Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade